

Patrimonia

Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural

Revista quadrimestral - Nº 1 - Outubro de 1996



O Castelo de Guimarães

Mário Jorge Barroca

Professor da Faculdade de Letras do Porto

O Castelo de Guimarães constitui, porventura, o paradigma do Castelo Medieval para a maioria do povo português. Na realidade, fruto de condicionamentos vários, em boa medida traçados já no nosso século, nomeadamente pela forte ligação entre esta estrutura castelar e a fundação da Nacionalidade que o Estado Novo tanto procurou sublinhar, o Castelo de Guimarães assume-se no imaginário dos portugueses como o modelo de fortificação medieval.


Isto acontece sobretudo desde as primeiras décadas do nosso século, resultado da conjugação de várias manifestações públicas (1911 - comemoração do VIII Centenário do Nascimento de D. Afonso Henriques; 1928 - comemoração do VIII Centenário da Batalha de S. Mamedè), que culminariam nos anos 1928-1940 com a publicação de diversos estudos de carácter monográfico, alguns de valor mais panfletário que científico, e com o restauro da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (c. 1937).

O Castelo que estivera, um século antes, em 1836, na eminência de ser demolido, como propunha a então recém-formada Sociedade Patriótica Viamaranense (que pretendia, em nome do progresso, utilizar as suas pedras para calcetar as artérias da vila), assumir-se-ia a partir de agora como um dos monumentos - se não mesmo o monumento - com maior carga simbólica que Guimarães possui. Um prestígio que seria acrescido pela sua vizinhança com dois outros venerandos monumentos da história

pátria, igualmente exaltados: a Igreja de S. Miguel, onde teria sido baptizado o primeiro monarca português, e o Paço Ducal, edificado por D. Afonso, filho bastardo de D. João I, 8º Conde de Barcelos e 1º Duque de Bragança.

No entanto, e apesar de ser sem sombra de dúvida o mais conhecido castelo português, o Castelo de Guimarães é, paradoxalmente, uma estrutura ainda mal estudada. Falta, na realidade, um estudo monográfico sério e metodologicamente actualizado. Não se pense, no entanto, que este é esse estudo que o Castelo de Guimarães mereceria. Na realidade, mais do que trazer elementos inéditos a público, procuraremos, ao longo deste breve texto, sintetizar os dados conhecidos, caracterizando os principais momentos de evolução desta fortificação e retratando as diversas fases construtivas que se podem ainda hoje detectar nos seus muros.

A revisão dos elementos conhecidos à luz das metodologias actuais permite, no entanto, desde já desmistificar alguns aspectos que mais insistentemente têm sido referidos pela bibliografia deste Castelo, nomeadamente o facto de a estrutura hoje sobrevivente ser, em boa medida, o resultado do esforço construtivo do Séc. XII, não restando vestígios do Castelo de Mumadona Dias, ou o facto de o Paço dos Alcaides, que se ergue adossado ao muro Norte do Castelo, nunca ter sido o "Paço do Conde D. Henrique", como alguns autores pretendem, tendo sido erguido em meados do séc. XV, mais de três séculos depois da morte do Conde portugalense.



A origem do Castelo de Guimarães é relativamente bem conhecida embora não se saiba rigorosamente o ano em que foi fundado. Na realidade, a primeira referência conhecida para este castelo remonta ao ano de 957, quando num diploma de D. Mumadona Dias datado de 8 de Junho se refere o Mosteiro de Guimarães, fundado alguns anos antes pela Condessa, como estando na base do castelo do Monte Latito.

Este documento não se refere à fundação do castelo, antes nos facultando uma imagem da estrutura defensiva como já erguida e em funcionamento. Apesar de não conhecermos nenhum documento que permita precisar melhor o ano em que o Castelo de Guimarães foi fundado, podemos com base neste e noutros diplomas estabelecer uma datação crítica para esse acontecimento. Diríamos, deste modo, que o Castelo de Guimarães terá sido, com toda a probabilidade, fundado entre 950 e 957, respectivamente o derradeiro documento do Mosteiro de Guimarães que não o refere (VMH, doc. 5) e o primeiro onde isso acontece (PMH, DC 71; VMH, doc. 8).

A expressão utilizada no pergaminho de 8 de Junho de 957, quando se refere que o cenóbio de Guimarães se localizava "*ad radice Montis Latito*", é característica da época, revelando-nos uma relação de dependência militar e não tanto uma relação topográfica (embora ela até possa existir). Na realidade, o diploma pretende indicar que o cenóbio vimaranense estava sob alçada ou protecção do castelo de Guimarães ou, como então se designava, o castelo do Monte Latito. João Gomes de Oliveira Guimarães, Abade de Tagilde, esclareceu que, na Idade Média, Monte Largo (ou *Latito*) era a designação por que era conhecida "*a cadeia de montes que se prolonga desde o Selho, na freguesia d'Aldão, até o Vizella, na freguesia de S. Lourenço de Calvos*" (cf. VMH, p. 7, nota 1).

Dois anos mais tarde, em 959, o Mosteiro de Guimarães volta a ser referido como estando sob dependência do castelo do Monte Latito (VMH, doc. 9). Quase uma década mais tarde, no ano de 968, voltamos a encontrar uma referência documental que se revela fundamental para a história do Castelo de Guimarães, quando a Condessa D. Mumadona Dias entrega o Castelo ao Cenóbio de Guimarães, declarando que o fundara para salvaguardar o Mosteiro das ameaças dos "gentios" (reportando-se certamente aos muçulmanos ou a normandos/vikings, cujas invasões marcaram este período).

Este diploma revela-nos o protagonismo de D. Mumadona Dias na construção do Castelo de

Guimarães, que nesse ano de 968 era ainda sua propriedade. D. Mumadona Dias, filha do conde D. Diogo Fernandes, foi casada com o conde D. Hermenegildo ou Mendo Gonçalves, de quem já era viúva em 950. Podemos, assim, dizer que a fundação do Castelo de Guimarães terá sido uma iniciativa exclusiva da Condessa, num momento em que já se encontrava viúva. A forma como esta notícia de 968 se encontra redigida é sumamente importante já que, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, em 1978, o facto de a Condessa declarar que laborou o castelo (*laboravimus*) pode sugerir que boa parte dos trabalhos para a criação dessa fortaleza passaram por desaterros e movimentações de terras, com vista a alterações de cota, aproveitando e potenciando as condições naturais de defesa que o terreno e os diversos afloramentos rochosos ofereciam.

O Castelo de Guimarães constitui, deste modo, um dos primeiros testemunhos de um castelo de iniciativa condal e, também, o mais remoto exemplo de uma estrutura castelar erguida para assegurar a protecção de um mosteiro, um binómio que se viria a verificar muitas outras vezes nas centúrias seguintes. Certamente que o castelo que Mumadona Dias legou ao Mosteiro de Guimarães em 968 seria muito diferente da estrutura que hoje podemos visitar. Na realidade, podemos afirmar com toda a segurança que nada do que hoje sobrevive no Castelo de Guimarães se pode associar a esses longínquos anos, recuados mais de um milénio em relação aos nossos dias. Este é um dos aspectos que merece ser desmistificado já que a bibliografia que se ocupou monograficamente deste castelo insistiu, regularmente, em aceitar que o Castelo de Mumadona Dias, criado c. 950-957, teria uma estrutura semelhante à que hoje ali vemos.

Pelo que nos tem sido revelado pelos estudos de Castelologia Medieval, a estrutura erguida no tempo de Mumadona Dias deveria aproveitar os diversos afloramentos graníticos que ainda hoje vemos no Castelo, integrando-os no circuito muralhado e minorizando, assim, o esforço construtivo. Por outro lado, é possível que se tenham efectuado desaterros e corte de pedra por forma a acentuar as diferenças de cota. Por último, ressalvemos que não é forçoso que a estrutura criada fosse, desde as suas origens, uma estrutura pétrea, podendo ter incorporado outros materiais construtivos, nomeadamente a madeira.

A Castelologia ensina-nos, ainda, que atendendo à época muito recuada (meados do Séc. X), o castelo de Mumadona Dias não possuía Torre de

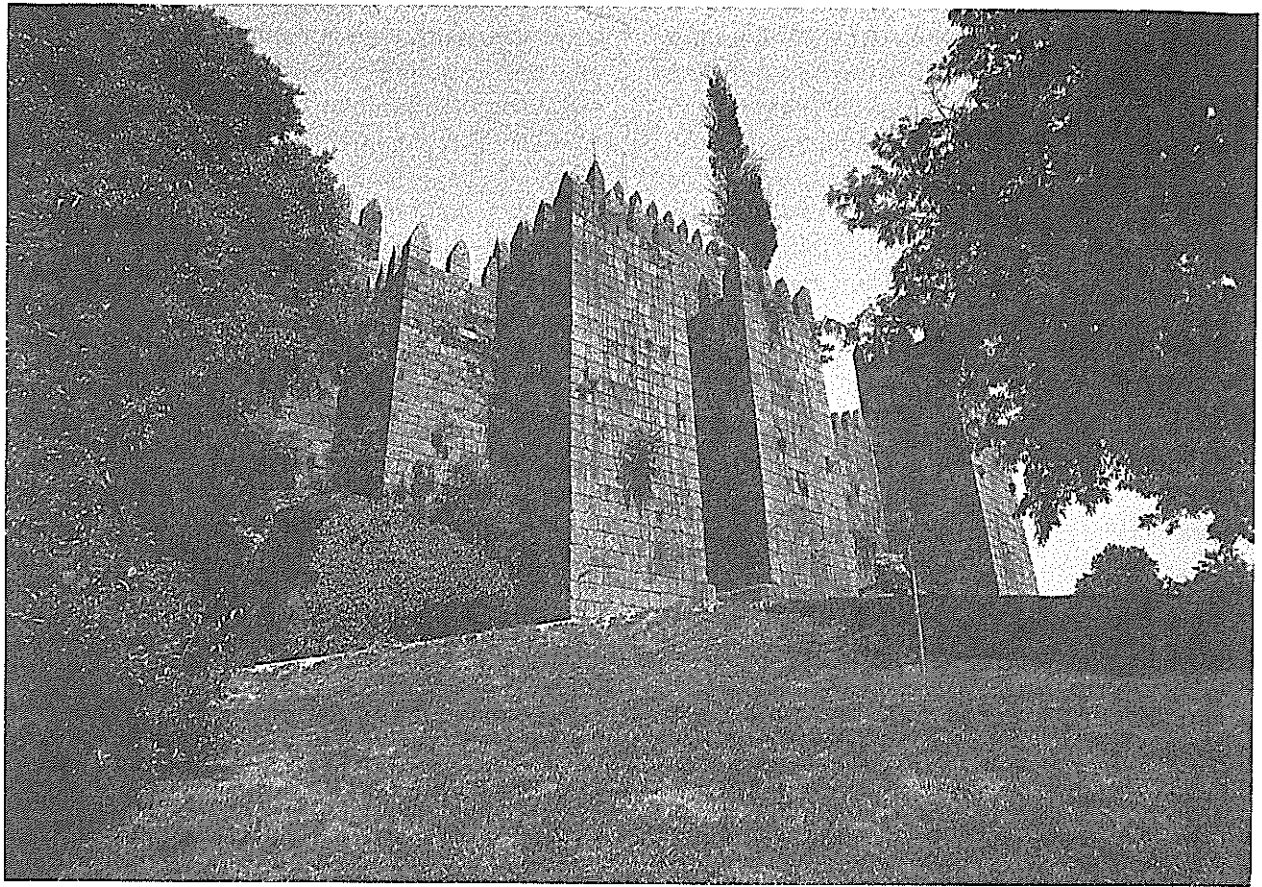
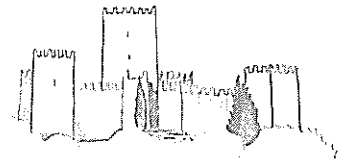


Foto 1 -Vista geral do Castelo de Guimarães*

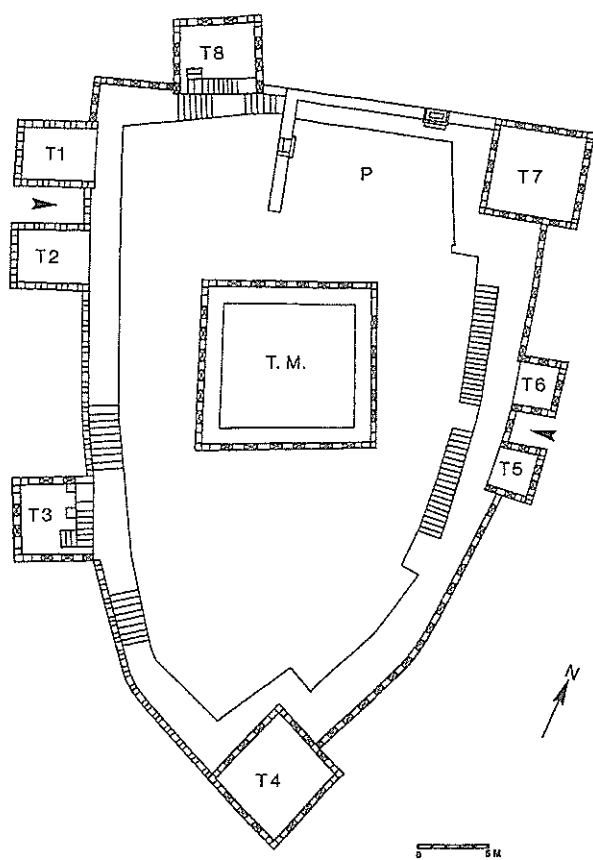
Menagem (uma inovação introduzida na arquitectura militar portuguesa durante o Séc. XII) e muito provavelmente não devia apresentar torreões ou cubelos. O seu circuito muralhado, a confiar noutros exemplos, deveria adaptar-se aos condicionamentos do local, evitando ângulos e inflexões bruscas de itinerário, desaconselháveis nestes tempos em que a arquitectura militar e a poliorcética dispunham de poucos meios para manter o inimigo afastado, evitando os trabalhos de minagem e desmonte de muros. Optaria, pelo contrário, por uma planta de traçado ovalado, que revela menores inconvenientes no que respeita a estes aspectos. Sobre a forma como se organizava o pátio definido pela muralha, certamente de dimensões exíguas, e sobre a existência (ou não) de estruturas erguidas no seu interior nada sabemos.

A estrutura castelar que a Condessa Mumadona Dias legou ao Mosteiro de Guimarães sobreviveu por um período de tempo que não nos é possível determinar com segurança. Pouco ou nada sabemos sobre estes primeiros tempos da sua história que estão tão deficientemente retratados na documentação da época. Não sabemos, por exemplo, se terá sofrido algum dano com a passagem dos exércitos de Al-

-Mansur a caminho de Santiago de Compostela, na sua vitoriosa expedição de 997 que tanto afectou o património do mosteiro vimaranense.

É possível que a fortificação tenha sido igualmente afectada uma vez que ela se situa no provável itinerário dos exércitos muçulmanos, que passaram por Idanha-a-Velha, Seia, Viseu, Lamego, alcançando ao Entre-Douro-e-Minho na zona de Baião-Mesão Frio e dirigindo-se a Guimarães, de onde seguiram para Braga e Santiago. Se assim foi, é plausível que nas vésperas do ano mil, pouco depois destes eventos, o Castelo de Guimarães necessitasse de reparações. No entanto, continuamos aqui a lidar com o domínio das probabilidades: no que hoje sobrevive no Castelo de Guimarães não encontramos nada que possa ser, com segurança ou verosimilhança, atribuído a esses momentos.

Há, no entanto, testemunhos de uma fase antiga no Castelo de Guimarães, que passaram despercebidos aos olhos dos investigadores que se debruçaram sobre este monumento e para os quais tivemos oportunidade de chamar a atenção pela primeira vez em estudo anterior (BARROCA 1990-91). Na realidade, quem procura entrar no Castelo de Guimarães pela porta do lado Nascente, na face oposta



Est. 2

meira vez de forma integral, todo o perímetro amuralhado do Castelo de Guimarães, embora ignore todos os Torreões e não se detecte na Torre de Menagem.

Na realidade, importa sublinhar que todos os Torreões (oito ao todo), apresentam desde os alicerces um aparelho de construção enquadrável dentro da Fase III, com siglas, e que não se encontram travados com os muros da Fase II, aos quais se encostam. Assim, o Castelo românico de Guimarães, que serviu durante boa parte do primeiro século da Nacionalidade, seria desprovido de torreões, ignorando ainda a Torre de Menagem. Apresentava, no entanto, já a planta actual, definindo um pátio de espaço sub-triangular, com a parede Norte recta e os muros Oeste e Este arqueados rematados em ângulo no lado Sul.

A Fase III do Castelo de Guimarães desenvolve-se na parte alta dos muros da Fase II, apresentando como principal inovação ao nível do aparelho de construção o facto de ser amplamente siglada. Embora estejamos ainda longe de podermos estabelecer datações rigorosas por intermédio das siglas lapidares, podemos sugerir que esta terceira fase do Castelo de Guimarães corresponde ao Séc. XIII, provavelmente aos reinados de D. Afonso III ou de D. Dinis, que foram caracterizados por profundas re-

formas ao nível da arquitectura castelar portuguesa.

Assim, terá sido este o Castelo que assistiu à resistência de D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, Meirinho-Mor de Entre-Douro-e-Minho e Alcaide do Castelo de Guimarães no tempo de D. Dinis, que em 1322 defendeu lealmente os interesses do monarca durante a revolta de seu filho e herdeiro, D. Afonso (futuro Afonso IV), quando este levantou o cerco a Guimarães. Estes acontecimentos, relatados pelo Conde D. Pedro no seu *Livro de Linhagens*, valeram a Mem Rodrigues de Vasconcelos a inimizade da Nobreza de Entre-Douro-e-Minho que apoiou o Infante revoltoso. Terá sido igualmente esta a estrutura militar que viveu o cerco de D. Henrique II de Trastâmara, rei de Castela, em fins de 1369, no quadro dos conflitos fernandinos, e o cerco de D. João I, em 1385, na Crise Dinástica de 1383-85, quando era Alcaide D. Aires Gomes da Silva, eventos militares de que Fernão Lopes nos deixou relatos nas suas Crónicas.

É a esta Fase III do Castelo de Guimarães que devemos de associar a construção dos oito torreões que protegem as zonas mais sensíveis da fortificação: as duas portas de acesso, cada qual ladeada por duas torres (Est. 2, T1-T2 e T5-T6), os ângulos Sul, Nordeste e Noroeste dos panos de muralha (Est. 2, T4, T7 e T8, respectivamente) e a parede Oeste do castelo, sensivelmente a meio do seu itinerário (Est. 2, T3). Todos estes torreões apresentam siglas desde a zona de alicerce (o que não acontece com a muralha) e, como referimos, encostam aos muros da Fase II sem travamento. Por fim, e dentro desta Fase III, devemos sublinhar outra grande inovação no Castelo de Guimarães - a construção da Torre de Menagem (Est. 2, T.M.), que alguns autores, equivocadamente, pretendem fazer recuar até aos tempos de Mumadona Dias.

Na realidade, a Torre de Menagem que podemos ver no centro do pátio do Castelo de Guimarães apresenta afinidades com a Fase III, desde o tipo de aparelho de construção até à opção pelas pedras sigladas. Se alguma dúvida restasse quanto à cronologia tardia desta Torre de Menagem podemos invocar um derradeiro argumento: a cota a que se abre a porta de acesso da Torre de Menagem, rasgada ao nível do primeiro andar por questões de estratégia militar, encontra-se articulada com a cota do adarve da muralha do castelo (Fot. 3).

O passadiço que garante acesso à Torre de Menagem, e que é rigorosamente horizontal, parte do adarve Ocidental. Ora, a cota do adarve foi definida pela Fase III, quando se procedeu ao alteamento dos

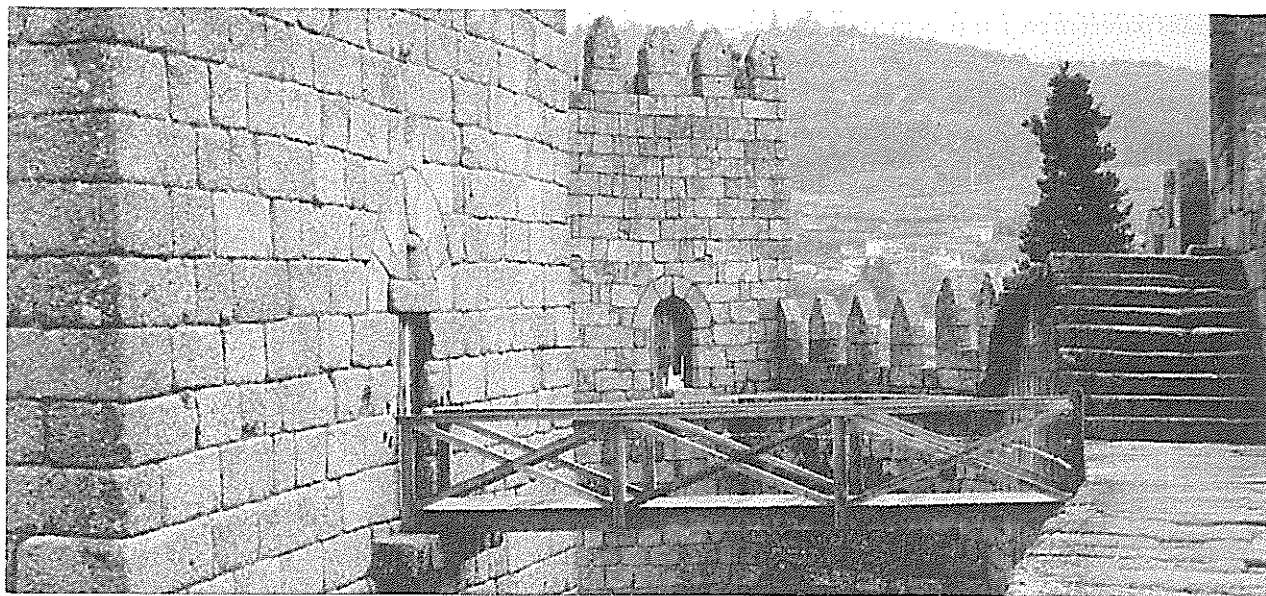
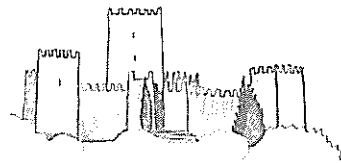


Foto 3 - Torre de Menagem e passadiço de acesso

muros exteriores do Castelo de Guimarães, como acima referimos e como é bem patente na esteiotomia da face interna dos muros, voltada ao pátio.

A Fase III do Castelo de Guimarães encontra-se, ainda, articulada com a muralha urbana de Guimarães, que arrancava dos Torreões Norte e Sul do Castelo (Est. 2, T8 e T4). Julgamos mesmo que a reforma do Castelo de Guimarães que se traduz na Fase III terá sido em boa medida motivada pela realização dos trabalhos de amuralhamento de Guimarães, que decorreram sensivelmente entre 1265 e 1318 (cf., respectivamente, documento de D. Afonso III e D. Dinis publicados nos VMH, doc. 262-A e 296, pp. 392-393). Julgamos, assim, que não estaremos muito longe da realidade se classificarmos esta Fase III do Castelo de Guimarães como “Fase Dionisina”.

A Torre de Menagem do Castelo de Guimarães é uma construção de planta quadrangular com 12 a 13 metros de largura média (com valores que oscilam entre os 12,12 e os 12,95 m), apresentando muros com uma espessura de 2 metros e uma altura de quase 25 metros, que rematam em baixo, junto aos alicerces, com uma sapata escalonada. Apresenta, como referimos, o acesso ao interior garantido a partir de porta rasgada no primeiro andar, a mais de 5 metros de altura, a qual estava articulada com o adarve por intermédio de um passadiço que se apoia, no lado da Torre, em pequeno socalco criado por pedras salientes (Fot. 3). Esse passadiço de madeira podia ser retirado para o interior da Torre em caso de perigo ou ameaça, ficando esta isolada do exterior. Nas ombreiras da porta da Torre de Menagem são visíveis diversas marcas das distintas soluções que esse pas-

sadiço teve ao longo dos tempos, nomeadamente ao nível dos resguardos laterais.

A Porta da Torre de Menagem apresenta arco de volta perfeita, com oito aduelas, e o tímpano rasgado com pequena fresta, de serventia militar. A Torre de Menagem tem o espaço interior iluminado por frestas esguias e abocinadas, de recorte eminentemente militar, e o espaço estruturado em três pisos, sendo o quarto constituído pelo adarve. Para facilitar o apoio dos vários pisos de madeira a Torre ostenta, a meio e a toda a altura, um pilar de secção quadrangular que vai estreitecendo por socalcos à medida que ganha altura.

Na parte superior da Torre de Menagem podemos detectar diversas fases. Na realidade, as três primeiras fiadas de pedras (contando de cima para baixo) e

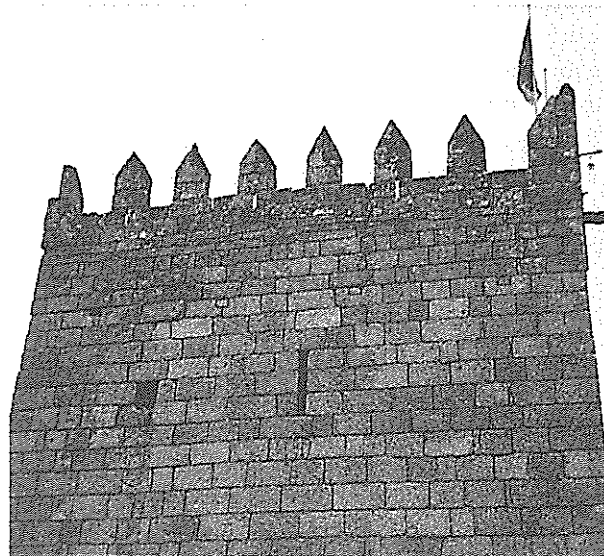


Foto 4 - Coroamento da Torre de Menagem



as ameias parecem ser fruto de intervenção posterior (embora já se notem nas fotografias de Frederick William Flowers, de 1849-1859). Descontadas essas três primeiras fiadas de pedra encontramos o início do aparelho original. Na quarta fiada do aparelho medieval podem ser detectados vestígios da existência de uma hurdício de madeira (Fot. 4). Na realidade, são visíveis quatro pequenos encaixes rectangulares distribuídos com regularidade e equilíbrio ao longo de cada fachada da Torre (cinco na fachada Sul), os quais foram preenchidos com pedra quando deixaram de ter serventia.

Estes encaixes são testemunho da existência, outrora, de uma hurdício, ou seja, de uma estrutura de madeira exterior aos muros, um pouco à maneira de balcão corrido, que permitia o tiro vertical sobre a base dos muros. Trata-se de um dos casos portugueses onde a adopção dessa solução militar pode ser mais facilmente detectável, lado a lado com a Torre de Menagem do Castelo de Longroiva, erguida em 1174 por iniciativa de D. Gualdim Pais, Mestre dos Templários em Portugal. É possível que o acrescento das derradeiras três fiadas de silhares e das ameias, que como acima sublinhamos parecem ser de fase distinta do resto da Torre de Menagem (Fot. 4), sejam fruto de intervenção realizada no momento em que se removeu a hurdício e se optou por outros mecanismo de defesa da Torre.

O piso superior da Torre de Menagem era servido por um pequeno adarve que apresentaria, segundo Luís de Pina, uma largura média de 1 m. A construção da Torre de Menagem do Castelo de Guimarães, isolada no centro do Pátio, deve ter obrigado à demolição de diversas estruturas que tinham sido aqui erguidas, das quais encontramos eco nas Inquirições de 1258, quando os oficiais régios registam a obrigatoriedade de certas populações de varrerem e cobrirem as casas do castelo ("*... varrere ipsas domos Castelli Domini Regis et curare illas ...*" - PMH, Inq., p. 723). É possível que digam respeito a essas construções alguns testemunhos de alicerces que Luís de Pina deixou registados na planta que acompanhou o seu estudo monográfico de 1933, sem dúvida o mais valioso contributo para o conhecimento deste castelo até hoje publicado.

Com a Fase III o Castelo de Guimarães apresentaria o aspecto que hoje ali podemos ver (Est. 2), com única excepção no que respeita à zona Norte do pátio, onde viria a ser erguido no Séc. XV ou XVI um Paço (Est. 2, P). O Castelo de Guimarães ostentava então oito torreões, quatro dos quais ladeando as duas portas de acesso ao interior do Castelo. A

anterioridade das Portas em relação a esses torreões é bem patente, por exemplo, junto da Porta Ocidental, cujas aduelas do arco são, assimetricamente, encobertas pelos torreões que depois se adossaram aos muros.

As duas Portas do Castelo tinham diferentes serventias, já que uma se abria para a zona intra-muros de Guimarães (Porta da Vila, voltada a Ocidente, à Vila do Castelo) enquanto que a outra, guardada por torreões de menores dimensões, se rasgava voltada ao espaço extra-muros da vila mediéfica (sendo normalmente conhecida como "Porta da Traição"). Para além destas quatro torres, o Castelo apresenta mais outras tantas, duas articuladas com o itinerário da muralha urbana, as restantes ditadas por questões estratégicas. O Torreão do ângulo Sul (Est. 2, T4) veio eliminar uma das portas que garantia o acesso entre o espaço urbano

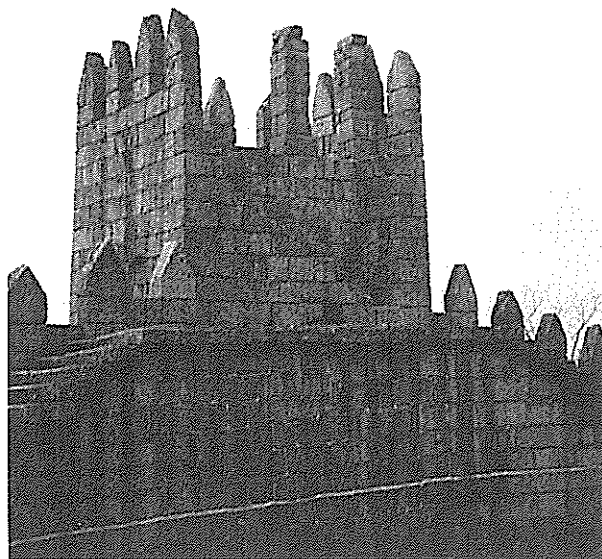


Foto 5 - Torreão do Sino de Correr

amuralhado e o exterior, que aqui se rasgava, e que ainda hoje podemos ver, entaipada, junto dos alicerces do Torreão Sul.

A forma como os encaixes dos eixos desta porta se apresentam revelam que a Porta abria os seus volantes para o espaço intra-muros da vila, como é natural, e que com a construção do Torreão Sul a Porta teve de ser eliminada. Na realidade, se a Porta fosse contemporânea da Torre teria de abrir em sentido contrário, permitindo que fosse encerrada no interior do Castelo. Por outro lado, não há qualquer sintoma, na zona Sul do Pátio do Castelo, de que tivesse aí existido alguma abertura ou comunicação

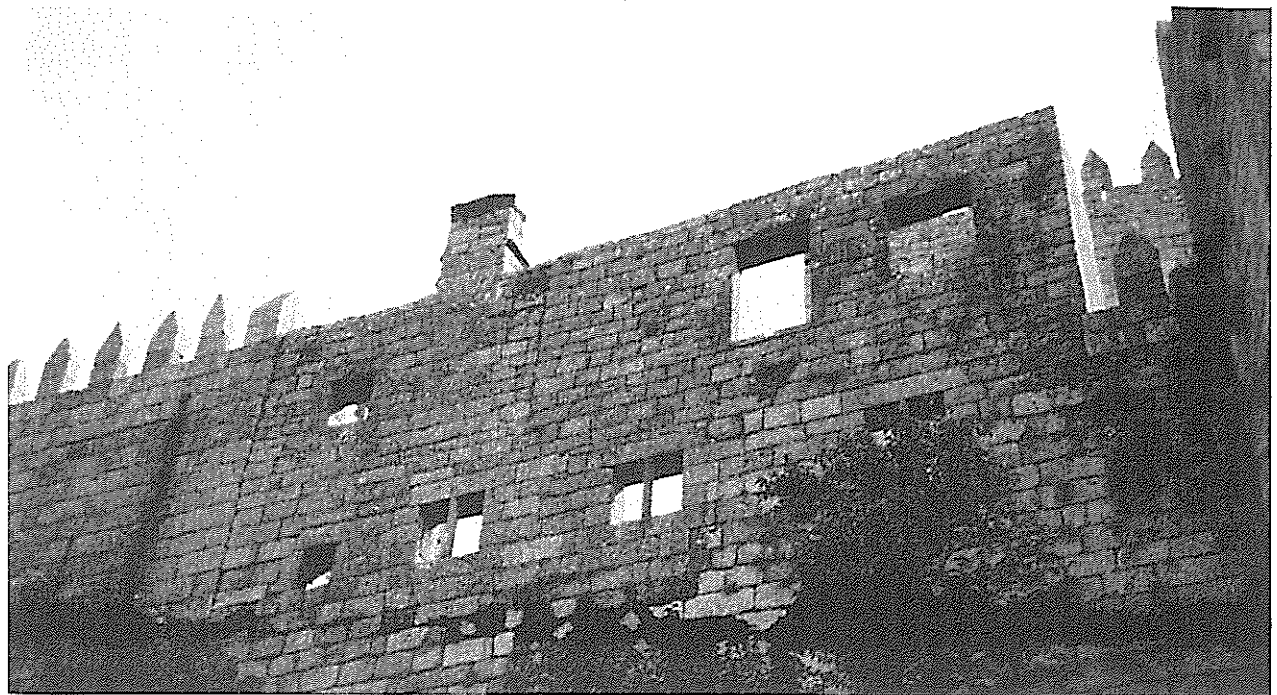


Foto 6 - Paço do Alcaide - Vista exterior (Norte)

com o exterior. Deste modo, podemos dizer, sem grande margem de erro, que a construção do Torreão Sul obrigou à eliminação desta Porta da Muralha de Guimarães, que foi entaipada. Com o restauro da D.G.E.M.N. esse entaipamento foi parcialmente removido.


Todos os torreões, apesar de denotarem diferenças ao nível das suas dimensões, ostentam afinidades tipológicas que asseguram, lado a lado com o tipo de aparelho e as pedras sigladas, que estamos perante uma mesma fase construtiva. De entre todos os Torreões importa realçar o que defende o pano de muralha voltado ao espaço intra-muros, à direita da Porta da Vila e dos seus dois torreões. Trata-se de um Torreão que tem sido vulgarmente designado por “Torre da Forca” por uma deficiente interpretação de dois pilares de secção quadrangular que foram erguidos no alto dessa construção (Est. 2, T3; Fot. 5). No entanto, não se trata de nenhum testemunho de uma forca, como a imaginação popular quis e alguns estudos consagraram, mas sim dos vestígios do Sino de Correr.

Efectivamente, era no alto desta Torre, articulado entre esses pilares, que se localizava o Sino que, todos os dias, ao pôr do sol, anunciava aos vimaranenses que se encontravam fora de muros e aos viandantes que se aproximavam da cidade que as portas da muralha se iam encerrar. A instalação do Sino de Correr no alto deste torreão foi posterior à sua cons-

trução, como indica o facto de os pilares não estarem travados com o aparelho de construção da Torre. Podemos, portanto, supor que o Sino de Correr se instalou aqui no Séc. XIV, mantendo-se em uso ainda em 1612, como nos revelam as Actas da Vereação da Câmara.

Uma parte das ameias ou merlões que coroam os muros do Castelo foram resultado da intervenção da D.G.E.M.N. nos anos trinta do nosso século. No entanto, é possível encontrar um bom número de aduelas originais, nomeadamente na zona junto da Torre do Sino de Correr. Muitas destas aduelas originais apresentam, nas faces laterais, que ficam voltadas aos merlões vizinhos, encaixes para a sustentação de reparos ou cortinas de madeira que, suspensas de eixo horizontal superior, barravam o espaço inter-merlões facilitando a defesa dos muros em caso de cerco.

No topo Nordeste do Castelo foi acrescentada, no séc. XV, uma estrutura residencial com características senhoriais, a qual viria a ser ampliada com reforma nos inícios do Séc. XVI (Est. 2, P; Fot. 6 e 7). Ao contrário do que vários autores pretenderam não estamos perante o “Paço do Conde D. Henrique” mas diante de uma estrutura residencial bastante mais tardia, com soluções arquitectónicas que são claramente incompatíveis com uma cronologia tão recuada. Trata-se, na realidade, do Paço do Alcaide do Castelo, que se desenvolvia em quatro pisos, dois dos quais a-



primeiras que se conhecem para alguma estrutura militar mediéevica portuguesa - revelam que a remoção de pedra não fora tão profunda como aconteceu com o Paço Ducal, mostrando-nos que o Castelo se encontrava relativamente bem conservado nesses meados do Séc. XIX.

Depois de perder a sua valia militar seria ocupado como cárcere, situação já documentada pelo Pe. Torquato Peixoto de Azevedo em 1692 e em que ainda se encontrava em 1895, e depois como caserna mi-

litar. Apesar de ter sido classificado como Monumento Nacional logo em 1881, no decreto-lei que conferiu as primeiras dessas classificações entre nós, o Castelo de Guimarães ainda haveria de ser objecto de proposta de demolição em 1915. Recuperado o seu valor simbólico a partir das primeiras décadas do nosso século, o restauro realizado pela D.G.E.M.N. em 1937, nas vésperas das Comemorações dos Centenários (1940), viria a conferir-lhe, finalmente, o aspecto que hoje apresenta.

Para saber mais:

Guimarães, Oliveira - "Apontamentos para a História de Guimarães. A Villa do Castello", *Revista de Guimarães*, vol. XV, Guimarães, 1898, pp. 5-13.

Beça, Humberto - *Castelos de Portugal. II. Os Castelos de Entre-Douro-e-Minho*, Famalicão, 1925, pp. 33-35.

Pina, Luís de - "Castelo de S. Mamede e Igreja de S. Miguel do Castelo", *Ilustração Moderna*, nº 25 e 26, Porto, Julho-Agosto de 1928.

----- *O Castelo de Guimarães*, Col. "Estudos Nacionais", vol. XVIII, Gaia, 1933.

Carvalho, A. L. de - *Castelo de Guimarães. Sua História Dramática e Militar*, Guimarães, C.M., 1937.

D.G.E.M.N. - *O Castelo de Guimarães*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vol. 8, Porto, Junho de 1937.

Guimarães, Alfredo - *O Castelo e as Muralhas de Guimarães. Notícia Histórica*, Porto, 1940.

----- *Guimarães - Guia de Turismo*, Guimarães, C.M., 1940, pp. 69-78,

Cardozo, Mário - "A Propósito das Antigas Muralhas de Guimarães", *Revista de Guimarães*, vol. 67, Guimarães, 1957.

Peres, Damião - *A Maravilhosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, 1969 pp. 23-32.

Moraes, Maria Adelaide Pereira de - *Guimarães, Terras de Santa Maria*, Guimarães, 1978, pp. 38-40.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Diss. Compl. de Doutoramento, ed. policopiada, Porto, 1978, p. 38.

Fonte, Barroso da - *O Castelo de Guimarães*, Guimarães, 1992 (4ª ed., 1995).

Barroca, Mário Jorge - *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 14 e 49-52 (ed. do artigo publicado na revista *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91)